

O NOVO PNE E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: os recursos como um percentual do PIB

Nelson Cardoso Amaral
Doutor em Educação pela UNIMEP
Professor na Universidade Federal de Goiás

Resumo

Estudos recentes do IBGE e do Ministério da Fazenda que efetivam projeções para a dinâmica populacional e para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos permitem analisar, em perspectiva, o financiamento da educação brasileira em que os recursos financeiros se expressam como um percentual do PIB. Este trabalho realiza projeções, estima os recursos a serem aplicados em educação no Brasil – todos os níveis educacionais - fazendo comparações com outros países, tanto aqueles considerados como desenvolvidos, quanto com os em desenvolvimento. As comparações mostram que os maiores desafios para o Brasil encontram-se nas duas próximas décadas, vigência dos dois próximos PNEs.

Palavras-chave: financiamento, PIB, projeções, comparações

1. Introdução

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabeleceu vinculações mínimas dos impostos nos âmbitos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais que devem obrigatoriamente ser aplicados em educação. A aplicação apenas do percentual mínimo tem levado à utilização de volumes de recursos financeiros que não ultrapassam o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Este limite percentual é detectado tanto em estudos teóricos (NEGRI, 1997; PINTO, 2001; AMARAL, 2003; CASTRO, 2005) quanto em valores apurados a partir dos relatórios contábeis que explicitam a execução das despesas realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, sendo divulgados pelo MEC (BRASIL.INEP, 2011).

Aplicar valores financeiros que ultrapassem o percentual de 5% é, portanto, um desafio que exige um enorme esforço conjunto da União, dos Estados, do DF, dos Municípios e da sociedade brasileira. O I PNE, que vigorou de janeiro de 2001 a janeiro de 2011, não estabeleceu uma meta que efetivasse essa elevação – a proposta encaminhada ao Congresso Nacional previa atingir 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o parlamento aprovou 7% do PIB, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) vetou essa meta e no período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) o veto não foi discutido.

Essa discussão é recorrente e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília no período de 28 de março a 1º. de abril de 2010 aprovou que:

Tendo em vista a necessidade de efetivação e/ou consolidação de políticas educacionais direcionadas à garantia de padrões de qualidade social e de gestão democrática, destacam-se as seguintes diretrizes a serem consideradas, com vistas a um novo PNE como política de Estado:

(...)

h) consolidação das bases da política de financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação dos atuais percentuais do PIB para a educação, de modo que, em 2014, sejam garantidos no mínimo 10% do PIB. (BRASIL.MEC, 2011)

O Governo Federal encaminhou em dezembro de 2010 o Projeto de Lei Nº. 8.035 que “Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2010, e dá outras providências” (BRASIL.CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011) em que, dentre as suas diretrizes está a de que deveria ser feito o “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como porporção do produto interno bruto” e foi estabelecida a Meta 20 referente ao financiamento: “Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto.”

No estabelecimento do II PNE (2011-2020) já não será mais possível o veto presidencial à meta de elevação dos recursos financeiros aplicados em educação em relação ao PIB, uma vez que a Emenda Constitucional Nº. 59 de 11 de novembro de 2009 estabeleceu que os novos PNEs façam o “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto”. (BRASIL;GOVERNO FEDERAL, 2011)

Este estudo tem o objetivo de discutir diversos aspectos relacionados à vinculação dos recursos educacionais a um percentual do PIB. Em primeiro lugar discutiremos as armadilhas existentes quando a análise dos recursos financeiros aplicados em educação como percentual do PIB não considera o quantitativo de pessoas em idade educacional e o valor total do PIB do país. Em seguida apresentaremos uma metodologia para o estabelecimento de um *ranking* de desafio educacional e a aplicaremos para diversos países selecionados. O *ranking* estabelecido nos mostrará a necessidade de estudar a dinâmica populacional brasileira até o ano de 2050, o que será realizado. Ao finalizar, discutiremos os desafios financeiros para o Brasil nos próximos quatro Planos Nacionais de Educação que se estenderão até 2050, para, em seguida, apresentar as considerações finais.

2. O significado dos recursos financeiros como percentuais do PIB

É usual no estudo de políticas públicas a utilização de percentuais em relação aos produtos internos brutos quando se apura recursos aplicados no desenvolvimento de ações em um determinado setor da sociedade. A utilização desse indicador nas análises de políticas públicas precisa, entretanto, ser feita com muita cautela. É verdade que se um país utilizou o equivalente a 6% de seu PIB de recursos em educação dedica a essa área mais atenção que outro país que utilizou o equivalente a 4% do PIB? Se dois países distintos possuem os mesmos valores de PIBs e aplicarem o equivalente em recursos financeiros e os mesmos percentuais desses PIBs, podemos concluir que eles tratam igualmente o setor educacional no aspecto financeiro? A resposta para estas duas perguntas é não.

Para uma análise completa do quadro político, quando se trata da utilização desse indicador – percentual do PIB – há a necessidade da utilização de duas outras informações: o valor do PIB do país e o tamanho do alunado a ser atendido, o que pode ser expresso, por exemplo, pela quantidade de pessoas do país que estão em idades educacionais corretas.

A Bolívia, por exemplo, aplicou em 2008 o equivalente a 6,4% do PIB em educação e o Canadá 5,2%. (EUA.CIA, 2010). Se não examinarmos outras informações – como dissemos – passa-se a impressão que a Bolívia propicia melhores condições financeiras para o setor educacional, que o Canadá. A tabela 1 apresenta a conjunção dos três indicadores que precisam ser observados simultaneamente para uma análise consistente e completa do indicador percentual do PIB. Consideraremos neste estudo os dados que constam do *The World Factbook 2010* da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos EUA em que os PIBs são considerados com as correções que fazem a paridade do poder de compra (*Purchasing Power Parity*).

Tabela 1 – Recursos financeiros aplicados no setor educacional, por pessoa em idade educacional (Bolívia e Canadá)

País	% PIB aplicado em educação	PIB/PPP em US\$ bilhões (de 2009)	Total de recursos em educação (US\$ bilhões)	População em idade educacional	Valor aplicado por pessoa em idade educacional (US\$)
Bolívia	6,4	45	2,9	4.142.335	695,00
Canadá	5,2	1.278	66,5	8.656.329	7.731,00

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Verifica-se, portanto, que o Canadá aplicou o equivalente a US\$ 7.731,00 por pessoa em idade educacional e a Bolívia, o equivalente a US\$ 695,00 e, é claro, o Canadá é que propicia melhores condições financeiras para o setor educacional ao aplicar 11 vezes mais recursos por pessoa em idade educacional, que a Bolívia. Conclui-se, portanto, que apesar da

Bolívia aplicar um percentual em relação ao PIB maior que o Canadá, o seu PIB é de apenas 45 bilhões de dólares e sua população em idade educacional de 4.142.335 pessoas, comparado aos 1.278 bilhões de dólares do PIB canadense – 28 vezes maior que o boliviano – e uma população em idade educacional de pouco mais que o dobro da boliviana, que é de 8.656.329.

Da mesma forma, se dois países possuem os mesmos valores totais de PIBs e aplicam os mesmos percentuais em educação, aplicará valor mais elevado, por pessoa em idade educacional, aquele que possuir a menor quantidade de pessoas nas idades corretas para estudarem.

Conclui-se, portanto, que analisar a importância que um país dá ao setor educacional, exige a conjugação de três indicadores: total de recursos aplicados em educação como percentual do PIB; riqueza do país, expressa pelo valor de seu PIB; e a quantidade de pessoas em idade educacional.

3. Um *ranking* de desafio educacional para países selecionados

A análise de países selecionados nos leva a concluir que dificilmente os países conseguem aplicar em educação um volume de recursos financeiros que ultrapasse a barreira dos 10% do PIB. A tabela 2 mostra esse percentual para países selecionados.

Tabela 2 – Valores aplicados em educação como percentual do PIB – países selecionados

País	% do PIB aplicado em educação		País	% do PIB/PPP aplicado em educação
Yemen	9,6		Rússia	3,8
Índia	3,2		Portugal	5,5
Paraguai	4		Coréia do Sul	4,6
Bolívia	6,4		França	5,7
Indonésia	3,2		Dinamarca	8,3
China	1,9		Canadá	5,2
Brasil	4,0		Espanha	4,2
Botswana	8,7		Austrália	4,5
África do Sul	5,4		Alemanha	4,6
Cuba	9,1		Japão	4,9
México	5,4		Estados Unidos	5,3
Argentina	3,8		Áustria	5,4
Chile	3,2		Noruega	7,2
Uruguai	2,9			

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Podemos elaborar o *ranking* de desafio educacional considerando que todos os países listados aplicam 10% do PIB em educação e calculando o valor que seria aplicado por pessoa em idade educacional. O *ranking* será elaborado partindo do menor valor a ser aplicado por pessoa, para o maior valor. Aqueles países com menor valor serão aqueles com maiores desafios para solucionar os seus problemas educacionais. A tabela 3 mostra o *ranking*.

Tabela 3 - Ranking de desafio educacional de países selecionados

País	%PIB aplicado em educação	PIB/PPP de 2009 (US\$ bilhões)	Valor aplicado em educação (US\$ bilhões)	População em idade educacional	US\$ por pessoa em idade educacional	Ranking
Yemen	10	58	5,8	11.770.140	493	1º.
Índia	10	3.548	354,8	481.324.331	737	2º.
Paraguai	10	28	2,8	2.746.178	1.020	3º.
Bolívia	10	45	4,5	4.142.335	1.086	4º.
Indonésia	10	968	96,8	78.429.901	1.234	5º.
China	10	8.767	876,7	397.805.782	2.204	6º.
Brasil	10	2.024	202,4	84.400.000	2.398	7º.
Botswana	10	24	2,4	947.918	2.532	8º.
África do Sul	10	488	48,8	18.114.108	2.694	9º.
Cuba	10	110	11	3.013.571	3.650	10º.
México	10	1.473	147,3	39.404.617	3.738	11º.
Argentina	10	558	55,8	13.440.740	4.152	12º.
Chile	10	244	24,4	5.513.934	4.425	13º.
Uruguai	10	48	4,8	1.032.883	4.647	14º.
Rússia	10	2.103	210,3	30.724.722	6.845	15º.
Portugal	10	232	23,2	2.282.031	10.166	16º.
Coréia do Sul	10	1.343	134,3	11.344.492	11.838	17º.
França	10	2.113	211,3	15.275.698	13.832	18º.
Dinamarca	10	199	19,9	1.381.003	14.410	19º.
Canadá	10	1.278	127,8	8.656.329	14.764	20º.
Espanha	10	1.367	136,7	8.864.918	15.420	21º.
Austrália	10	819	81,9	5.288.326	15.487	22º.
Alemanha	10	2.812	281,2	17.997.395	15.624	23º.
Japão	10	4.141	414,1	25.807.634	16.046	24º.
Estados Unidos	10	14.250	1425	85.668.128	16.634	25º.
Áustria	10	323	32,3	1.866.320	17.307	26º.
Noruega	10	277	27,7	1.280.237	21.637	27º.

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

O Yemen é o país, dentre os considerados, que possui o maior desafio educacional, seguido da Índia, Paraguai, Bolívia, Indonésia, China e Brasil, na 7ª. Posição. Examinando-se a tabela 2 conclui-se que o Yemen já está fazendo um grande esforço nesse setor, pois já aplica o equivalente a 9,6% do PIB em educação e, apesar disso possui um valor aplicado por pessoa em idade educacional muito pequena (US\$ 493,00), devido ao pequeno valor de seu PIB, comparado com o quantitativo da população que está na idade correta para estudar.

Na outra ponta do *ranking* estão a Alemanha, Japão, Estados Unidos, Áustria e Noruega, sendo que este país já aplica o equivalente a 7,2% do seu PIB no setor educacional. Destaca-se, ainda, Botswana com 8,7%, Cuba, com 9,1% e Dinamarca com 8,3% de seus PIBs.

Pode-se verificar da tabela anterior que se estivesse aplicando o equivalente a 10% do PIB em educação, o Brasil estaria com um valor por pessoa em idade educacional de apenas US\$ 2.398,00 comparado com o valor de Botswana (US\$ 2.532,00), África do Sul (US\$ 2.694,00), Cuba (US\$ 4.152,00), México (US\$ 3.738,00), Argentina (US\$ 4.152,00), Chile (US\$ 4.425,00), Uruguai (US\$ 4.647,00) e Rússia (US\$ 6.845,00), se esses países também estivessem aplicando o equivalente a 10% de seus PIBs, em educação. Nota-se, portanto, que os desafios para o Brasil são enormes, considerando-se o tamanho de seu PIB e a quantidade elevada de pessoas em idade educacional.

4. O percentual da população em idade educacional e o desafio educacional

Para os países selecionados pode-se verificar que existe uma predominância, dentre aqueles com maiores desafios educacionais, de uma população em idade educacional que em termos percentuais fica acima de 30% em relação às populações dos países e entre aqueles com menores desafios educacionais, percentuais abaixo de 30%. A tabela 4 mostra esses percentuais.

Tabela 4 – Percentual da população em idade educacional

País	Ranking	População em idade educacional	População total	% da população em idade educacional
Yemen	1º.	11.770.140	22.858.238	51
Índia	2º.	481.324.331	1.156.897.766	42
Paraguai	3º.	2.746.178	6.995.665	39
Bolívia	4º.	4.142.335	9.775.246	42
Indonésia	5º.	78.429.901	240.271.522	33
China	6º.	397.805.782	1.338.612.968	30
Brasil	7º.	84.400.000	189.000.000	45
Botswana	8º.	947.918	1.990.876	48
África do Sul	9º.	18.114.108	49.052.489	37
Cuba	10º.	3.013.571	11.451.652	26
México	11º.	39.404.617	111.211.789	35
Argentina	12º.	13.440.740	40.913.584	33
Chile	13º.	5.513.934	16.601.707	33
Uruguai	14º.	1.032.883	3.494.382	30
Rússia	15º.	30.724.722	140.041.247	22
Portugal	16º.	2.282.031	10.707.924	21
Coréia do Sul	17º.	11.344.492	45.508.972	25
França	18º.	15.275.698	64.057.792	24
Dinamarca	19º.	1.381.003	5.500.510	25
Canadá	20º.	8.656.329	33.487.208	26
Espanha	21º.	8.864.918	40.525.002	22
Austrália	22º.	5.288.326	21.262.641	25
Alemanha	23º.	17.997.395	82.329.758	22
Japão	24º.	25.807.634	127.078.679	20
Estados Unidos	25º.	85.668.128	307.212.123	28
Áustria	26º.	1.866.320	8.210.281	23
Noruega	27º.	1.280.237	4.660.539	27

Fonte: (UNESCO, 2010) e (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Verifica-se que até o 14º. país com maiores dificuldades para solucionarem seus problemas educacionais, apenas Cuba possui um percentual de 26% - abaixo de 30% - da população em idade educacional em relação à população total do país; todos os outros países possuem esse percentual acima de 30%, sendo que no Yemen é de 51% e no Brasil, 45%; a partir da 15ª. posição todos possuem percentuais abaixo de 30%.

Pode-se afirmar que, em geral, os países em que a estrutura populacional já se estabilizou com as faixas etárias em idades educacionais em níveis abaixo de 30%, possuem menores dificuldades educacionais, considerando-se o *ranking* estabelecido neste estudo.

5. A dinâmica populacional brasileira até 2050

Estudos realizados pelo IBGE mostram que há em evolução no Brasil uma dinâmica populacional que estabilizará o total da população e diminuirá a quantidade de crianças e jovens em idade educacional. A tabela 5 mostra a evolução desses quantitativos até 2050, quando estaria terminando o V Plano Nacional de Educação (V PNE):

Tabela 5 – Dinâmica populacional em idade educacional até 2050 (em milhões)

Nível/Etapa da educação	2011	2020	2030	2040	2050	Variação % (2011-2050)
Creche	11,8	10,1	9,3	8,0	7,1	40
EI – 4 a 5 anos	6,4	5,2	4,8	4,2	3,7	42
Ensino Fundamental	30,7	26,2	22,6	20,5	17,6	43
Ensino Médio	9,9	10,1	7,9	7,3	6,4	35
Educação Superior	23,5	23,8	20,8	17,6	16,1	31
Total da população em idade educacional	82,3	75,4	65,4	57,6	50,9	38

Fonte: (BRASIL.IBGE, 2010)

Há, portanto, uma grande diminuição da população em idade educacional no período 2011 (início do II PNE) a 2050 (término do V PNE). Os jovens com idade entre 18 e 24 anos (Educação Superior) serão aqueles que sofrerão uma menor redução, de 31% e o quantitativo de crianças em idade do Ensino Fundamental sofrerá a maior redução, de 43%.

No período do II PNE que abrangerá o período de 2011 a 2020, a redução não será tão grande, sendo que os quantitativos de jovens com idade para o Ensino Médio e Educação Superior deverão sofrer uma ligeira elevação, de 9,9 milhões para 10,1 milhões e 25,5 milhões para 23,8 milhões, respectivamente.

Nas séries temporais dos próximos PNEs, os percentuais da população em idade educacional em relação à população total serão os da tabela 6.

Tabela 6 – Evolução percentual da população em idade educacional nas séries temporais dos PNEs

Ano	População em idade educacional (em milhões)	População total (em milhões)	%
2011	82,3	194,9	42
2020 (final do II PNE)	75,4	207,1	36
2030 (final do III PNE)	65,4	216,4	30
2040 (final do IV PNE)	57,6	219,1	26
2050 (final do V PNE)	50,9	215,3	24

Fonte: (BRASIL.IBGE, 2010) e cálculos deste estudo

Verifica-se que somente a partir do ano de 2030 é que o Brasil entrará na faixa dos países que possuem menos de 30% de sua população em idade educacional. Dessa forma, os próximos dois PNEs precisarão ser ousados e destinar elevados recursos financeiros ao setor da educação, sendo que a partir desse ano a própria dinâmica populacional colaborará para que os problemas educacionais brasileiros sejam diminuídos.

6. Percentuais do PIB aplicados em educação: os desafios para o Brasil

Os dados que constam do *The World Factbook 2010* da CIA (ver tabela 2) nos mostram que o Yemen (9,6%), Botswana (8,7%), Cuba (9,1%), Dinamarca (8,3%) e Noruega (7,2%) aplicam elevados percentuais de seus PIBs em educação, sendo que o Brasil aplicou 4% de seu PIB. Informações do MEC registram que o Brasil aplicou um percentual um pouco mais elevado que o registrado pela CIA em 2008, 4,7% do PIB. (www.inep.gov.br, acesso em 28 de janeiro de 2011).

Utilizando esses percentuais da tabela 2, obtemos os valores aplicados por pessoa em idade educacional (em US\$) nos países selecionados. A tabela 7 mostra esses valores.

Tabela 7 – Recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional

<i>Ranking</i>	País	% PIB em educação	PIB/PP P (US\$ bi)	Valor aplicado em educação (US\$ bi)	População em idade educacional	% da pop. em idade educacional	US\$ por pessoa em idade educacional
1º.	Yemen	9,6	58	5,6	11.770.140	51	473
2º.	Índia	3,2	3.548	113,5	481.324.331	42	236
3º.	Paraguai	4	28	1,1	2.746.178	39	408
4º.	Bolívia	6,4	45	2,9	4.142.335	42	695
5º.	Indonésia	3,2	968	31,0	78.429.901	33	395
6º.	China	1,9	8.767	166,6	397.805.782	30	419
7º.	Brasil	4	2.024	81,0	84.400.000	45	959
8º.	Botswana	8,7	24	2,1	947.918	48	2.203
9º.	África do Sul	5,4	488	26,4	18.114.108	37	1.455
10º.	Cuba	9,1	110	10,0	3.013.571	26	3.322
11º.	México	5,4	1.473	79,5	39.404.617	35	2.019
12º.	Argentina	3,8	558	21,2	13.440.740	33	1.578
13º.	Chile	3,2	244	7,8	5.513.934	33	1.416
14º.	Uruguai	2,9	48	1,4	1.032.883	30	1.348
15º.	Rússia	3,8	2.103	79,9	30.724.722	22	2.601
16º.	Portugal	5,5	232	12,8	2.282.031	21	5.592
17º.	Coréia do Sul	4,6	1.343	61,8	11.344.492	25	5.446
18º.	França	5,7	2.113	120,4	15.275.698	24	7.884
19º.	Dinamarca	8,3	199	16,5	1.381.003	25	11.960
20º.	Canadá	5,2	1.278	66,5	8.656.329	26	7.677
21º.	Espanha	4,2	1.367	57,4	8.864.918	22	6.477
22º.	Austrália	4,5	819	36,9	5.288.326	25	6.969
23º.	Alemanha	4,6	2.812	129,4	17.997.395	22	7.187
24º.	Japão	4,9	4.141	202,9	25.807.634	20	7.862
25º.	Estados Unidos	5,3	14.250	755,3	85.668.128	28	8.816
26º.	Áustria	5,4	323	17,4	1.866.320	23	9.346
27º.	Noruega	7,2	277	19,9	1.280.237	27	15.578

Fonte: (UNESCO, 2010) e (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Com exceção de Cuba, que aplicou US\$ 3.322,00 por pessoa em idade educacional, todos aqueles países que possuem no *ranking* de maiores desafios educacionais os percentuais de pessoas em idade educacional maiores ou iguais a 30%, aplicaram valores inferiores a US\$ 2.203,00, que foi aplicado por Botswana. A média aplicada por esses países resultou em US\$ 1.209,00.

Os países com percentuais – no *ranking* – menores que 30% aplicaram, com exceção da Rússia, valores muito mais elevados, sendo que a média desses países, desde a Rússia até a Noruega, resultou em US\$ 7.953,00.

A média de todos os países foi de US\$ 4.456,00.

O Brasil, aplicando apenas US\$ 959,00 por pessoa em idade educacional, tem um enorme desafio para atingir, por exemplo, o valor médio de todos os países selecionados, que foi de US\$ 4.456,00. Atingir este valor significaria multiplicar por quase cinco os valores

atuais, o que implicaria aplicar o equivalente a 20% do PIB de recursos financeiros em educação. Isto é claramente inviável, considerando que o limite a ser aplicado na área educacional parece ser o equivalente a 10% do PIB, como já vimos.

7. Uma análise sobre a meta prevista na proposta governamental de aplicar o equivalente a 7% do PIB em educação no II PNE

O Ministério da Fazenda realizou estudos prospectivos sobre a evolução do PIB até o ano de 2044, estabelecendo percentuais de crescimento, ano a ano. A tabela 8 apresenta esses percentuais, em que, para este estudo estabelecemos que nos anos de 2045 a 2050 o crescimento será o equivalente aos de 2043 e 2044; esta tabela apresenta ainda a evolução do PIB (em US\$ bilhões) nesse período.

Tabela 8 – Evolução do PIB de 2011 a 2050

Ano	% crescimento do PIB	PIB (US\$ bilhões)	Ano	% crescimento do PIB	PIB (US\$ bilhões)
2010	7,50	2.171,45	2031	1,96	3.911,74
2011	5,00	2.280,02	2032	1,75	3.980,19
2012	5,00	2.394,02	2033	1,67	4.046,66
2013	5,00	2.513,72	2034	1,71	4.115,86
2014	3,07	2.590,89	2035	1,84	4.191,59
2015	2,87	2.665,25	2036	1,67	4.261,59
2016	2,86	2.741,48	2037	1,53	4.326,79
2017	2,91	2.821,26	2038	1,49	4.391,26
2018	2,79	2.899,97	2039	1,32	4.449,23
2019	2,80	2.981,17	2040	1,26	4.505,29
2020	2,60	3.058,68	2041	1,15	4.557,10
2021	2,58	3.137,59	2042	1,21	4.612,24
2022	2,65	3.220,74	2043	1,02	4.659,29
2023	2,43	3.299,00	2044	1,02	4.706,81
2024	2,37	3.377,19	2045	1,02	4.754,82
2025	2,40	3.458,24	2046	1,02	4.803,32
2026	2,25	3.536,05	2047	1,02	4.852,31
2027	2,16	3.612,43	2048	1,02	4.901,81
2028	2,17	3.690,82	2049	1,02	4.951,80
2029	1,98	3.763,90	2050	1,02	5.002,31
2030	1,93	3.836,54			

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

A proposta governamental de aplicar 7% do PIB em educação durante o período do II PNE pode ser avaliada comparando-se a evolução do valor aplicado por pessoa em idade educacional de 2011 a 2020, com os valores aplicados pelos diversos países selecionados para este estudo. A tabela 9 apresenta essa evolução.

Tabela 9 – Brasil: evolução do valor aplicado por pessoa em idade educacional : 2011-2020 (II PNE)

Ano	% PIB em educação	PIB/PPP (US\$ bilhões)	Valor aplicado em educação (US\$ bilhões)	População em idade educacional (em milhões)	US\$ por pessoa em idade educacional
2011	7	2.280,02	159,60	82	1.946,36
2012	7	2.394,02	167,58	82	2.043,68
2013	7	2.513,72	175,96	81	2.172,35
2014	7	2.590,89	181,36	80	2.267,03
2015	7	2.665,25	186,57	80	2.332,09
2016	7	2.741,48	191,90	78	2.460,30
2017	7	2.821,26	197,49	78	2.531,90
2018	7	2.899,97	203,00	77	2.636,34
2019	7	2.981,17	208,68	76	2.745,81
2020	7	3.058,68	214,11	75	2.854,77

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Aprovado o II PNE e aplicando-se 7% do PIB em educação haveria, portanto, uma grande evolução no valor aplicado por pessoa em idade educacional no Brasil, passando de US\$ 959,00 em 2008/2009 VER VER para US\$ 2.854,77 em 2020 – uma elevação de 198%. Entretanto, esse valor ainda estaria longe do valor de US\$ 4.456,00 – média dos países em estudo – e mais distante ainda dos US\$ 7.953,00, média dos países com menores desafios educacionais e que possuem o percentual de crianças e jovens em idade educacional abaixo dos 30%.

8. Considerações finais: quando o Brasil estará no conjunto dos países com menores desafios educacionais, aplicando 7% do PIB em educação?

As análises realizadas nos permitem afirmar que o Brasil é um dos países que possui maiores desafios para solucionar os problemas existentes na área educacional, uma vez que a configuração existente para a sua população em idade educacional e a sua riqueza não permite elevar substancial e abruptamente o volume de recursos financeiros para essa área social.

Aplicando 7% do PIB no período do II PNE, conforme proposta governamental, vimos que haverá um grande elevação no valor aplicado por pessoa em idade educacional, mas ainda manterá o País longe daqueles que possuem desafios menores na área educacional. Se continuar aplicando 7% do PIB nos próximos PNEs, quando o Brasil estará nesse conjunto de países? A tabela 10 mostra a evolução dos indicadores em análise até o ano de 2050, quando se encerrará o V PNE, considerando-se que o Brasil continuará aplicando 7% do PIB em educação.

Tabela 10 – Evolução percentual da população em idade educacional nas séries temporais dos PNEs, aplicando-se 7% do PIB

Ano	População em idade educacional	% da população	PIB/PP (US\$ bi)	% do PIB em educação	Valor em educação (US\$ bi)	US\$ por pessoa em idade educacional
2011	82	42	2.280	7	160	1.946
2020 (final do II PNE)	75	36	3.059	7	214	2.855
2030 (final do III PNE)	65	30	3.837	7	269	4.132
2040 (final do IV PNE)	58	26	4.505	7	315	5.437
2050 (final do V PNE)	51	24	5.002	7	350	6.865

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Como já discutimos anteriormente, a partir de 2030 – final do III PNE é que o Brasil entraria no conjunto dos países com percentual da população em idade educacional abaixo do 30%. Seria também a partir desse ano que o Brasil estaria alcançando o valor médio por pessoa em idade educacional do conjunto de países em estudo; o Brasil chegaria a US\$ 4.132,00, comparado com a média que é de US\$ 4.456,00. Mantidos os 7% até 2050, o País ainda precisaria manter elevados percentuais do PIB aplicados em educação, após 2050, para alcançar os US\$ 7.953,00, média dos países com menores dificuldades educacionais, já que no ano de 2050 – final do V PNE alcançaria o valor de US\$ 6.865,00. Os valores médios seriam mais rapidamente alcançados pelo Brasil se fossem aplicados percentuais com valores mais próximos dos 10%, proposta da CONAE. A tabela 11 mostra a evolução para esse caso.

Tabela 11 – Evolução percentual da população em idade educacional nas séries temporais dos PNEs, aplicando-se 10% do PIB

Ano	População em idade educacional	% da população	PIB/PP (US\$ bi)	% do PIB em educação	Valor em educação (US\$ bi)	US\$ por pessoa em idade educacional
2011	82	42	2.280	10	228	2.780
2020 (final do II PNE)	75	36	3.059	10	306	4.079
2030 (final do III PNE)	65	30	3.837	10	384	5.903
2040 (final do IV PNE)	58	26	4.505	10	451	7.767
2050 (final do V PNE)	51	24	5.002	10	500	9.808

Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010) e cálculos deste estudo

Dessa forma, no ano de 2020 o Brasil já estaria aplicando US\$ 4.079,00, valor próximo à média de todos os países e no ano de 2040 teria atingido a média dos países com menores desafios educacionais e, dessa forma, no V PNE (2041-2050) o percentual poderia iniciar um processo de decréscimo.

A aplicação de 10% do PIB, reivindicação da CONAE, necessita de elevados recursos como está explicitado na tabela 11, US\$ 228 bilhões em 2011 e US\$ 306 bilhões em 2020. A

aplicação desse volume de recursos exigirá uma alta priorização da educação no País e precisaria de um conjunto de ações a serem implementadas simultaneamente: 1) a União, estados, Distrito Federal e municípios aplicarem impostos além dos mínimos constitucionais; 2) redefinição de contribuições existentes, vinculando parte delas para a educação; 3) ao estabelecer novas contribuições, obrigatoriamente parte dos valores arrecadados devem ser dirigidos para a educação; 4) estabelecer que 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam aplicados em educação; 5) destinar 50% dos créditos advindos do pagamento de *royalties* decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino; e 6) priorizar parte dos recursos advindos da expansão do Fundo Público, devido o crescimento da economia nos próximos anos, para a educação.

Espera-se que até 2050, com o Brasil crescendo e diminuindo as desigualdades sociais e regionais e elevando a sua renda *per capita*, os desafios educacionais sejam diminuídos. As comparações realizadas entre diversos países nos mostram que o Brasil possui riqueza para promover esse salto em seu sistema educacional, chegando em 2050 numa situação de maior igualdade social e cultural de sua população.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado*. São Paulo e Piracicaba: Cortez e Unimep, 2003.

BRASIL.CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei N.º.8.035* <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_detalhe.asp?id=490116>. Acesso em: 2/fev./2011.

BRASIL.IBGE. *Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão 2008*. < http://www.ibge.gov.br/home/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm >. Acesso em: 09/jan./2010.

_____.INEP. *Percentual de Investimento Público Direto em Relação ao PIB* <http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/indicadores_financeiros/P.T.D._dependencia_administrativa.htm>Acesso em: 2/fev./2011.

_____.INEP. *Investimento por Aluno por Nível de Ensino – Valores Reais*. <http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/despesas_publicas/P.A._paridade.htm>Acesso em: 16/fev./2010.

_____.MEC. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e estratégias de Ação – DOCUMENTO FINAL*.< https://conae.mec.gov.br/iamges/stories/pdf/documentos/documento_final.pdf >. Acesso em: 2/fev./2011.

_____.MF. *Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – dezembro de 2009*. < https://www.tesouro.fazenda.gov.br/downloads/lei_responsabilidade/RRdez99.pdf >. Acesso em: 10/jan./2010.

_____.PNE. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2001.

CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparação com alguns países da OCDE e América Latina. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.26 n. 92 p.841-858, Especial – out. 2005.

EUA.CIA. *The World Factbook 2010*. < https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/region/region_soa.html >, Central Intelligence Agency. Acesso em: 14/fev./2010.

NEGRI, Barjas. *O financiamento da educação no Brasil*. Brasília: Inep. 1997, (Série Documental e Textos para Discussão n. 1)

PINTO, José Marcelino de Rezende. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília-DF, v.82, n. 200/201/202, p.117-136, jan/dez. 2001.

UNESCO. *Banco de Dados do Institute for Statistics – Data Centre*. < <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?> >. Acesso em: 14/fev./2010.